



**Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

RESOLUÇÃO Nº 021/2014

Define o Plano de Ação para Implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições e regimentais, tendo em vista decisão do egrégio Tribunal Pleno, em sessão realizada nesta data, e,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 9.938, de 23 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Estado do Espírito Santo;

CONSIDERANDO a Resolução do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) nº 227, de 25 de agosto de 2011, alterada pela Resolução TCE/ES nº 257, 07 de março de 2013, que dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública e aprova o “Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”;

CONSIDERANDO a Resolução TJES nº 020, de 10 de abril de 2014, que institui o “Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”;

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer os agentes do Sistema de Controle Interno:



Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I. Unidade central do sistema de controle interno: Secretaria de Controle Interno;

II. Órgão central do sistema administrativo: unidade que responde pelo gerenciamento das atividades afetas ao sistema administrativo;

III. Representante setorial do sistema de controle interno: titular do órgão central do sistema administrativo;

IV. Unidade executora do sistema de controle interno: unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no exercício do controle interno inerentes às suas funções administrativas.

Parágrafo Único. Entende-se por sistema administrativo o conjunto de atividades afins, relacionadas a funções finalísticas ou de apoio, distribuídas em diversas unidades da organização e executadas sob a orientação técnica do respectivo órgão central do sistema administrativo.

Art. 2º Indicar, nos termos do **Anexo I** desta Resolução, os sistemas administrativos e respectivos órgãos centrais administrativos que compõem o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Art. 3º Aprovar, nos termos do **Anexo II** desta Resolução, o Plano de Ação para a implantação do Sistema de Controle Interno, no âmbito administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, conforme determina o § 2º do art. 3º e art. 6º, ambos da Resolução TCE/ES nº 227/2011, alterada pela Resolução TCE/ES nº 257/2013.

Art. 4º A Norma das Normas, norma de procedimento integrante do Sistema de Controle Interno servirá como parâmetro para a



Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

elaboração das normas de procedimentos que compõem o “Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle”.

Art. 5º Cada órgão central do sistema administrativo encaminhará, ao órgão central do sistema de controle interno – Secretaria de Controle Interno –, as minutas de normas de procedimentos dispostas no Anexo II.

§ 1º O encaminhamento da minuta para a Secretaria de Controle Interno deverá ocorrer, pelo menos, 60 (sessenta) dias antes do prazo para publicação estabelecido no Anexo II.

§ 2º O órgão central do sistema de controle interno analisará as minutas apresentadas por meio de auditoria e as encaminhará, quando for o caso, para apreciação pela Assessoria Jurídica da Presidência, antes da publicação no Diário da Justiça e na intranet do Poder Judiciário.

Art. 6º A continuidade dos trabalhos de implantação do “Manual de Rotinas Internas e Procedimentos de Controle” será promovida pela Secretaria de Controle Interno, após consulta aos representantes setoriais do sistema de controle interno acerca de novos pontos de controle a serem tratados por meio de normas de procedimentos.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 10 de abril de 2014.

**DESEMBARGADOR SERGIO BIZZOTTO PESSOA DE
MENDONÇA
PRESIDENTE DO TJES**



Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

SISTEMA ADMINISTRATIVO	ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA ADMINISTRATIVO
Sistema de Controle Interno.	Secretaria de Controle Interno.
Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto pessoal) e instrumentos congêneres.	Secretaria de Infraestrutura.
Sistema de Recursos Humanos.	Secretaria de Gestão de Pessoas.
Sistema de Transparência.	Secretaria de Controle Interno.
Sistema de Controle Patrimonial e de Almoxarifado.	Secretaria de Infraestrutura.
Sistema de Planejamento e Orçamento.	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.
Sistema de Contabilidade.	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.
Sistema Financeiro.	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.
Sistema de Projetos e Obras Públicas.	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.
Sistema de Tecnologia da Informação.	Secretaria de Tecnologia da Informação.
Sistema de Educação.	Escola da Magistratura – EMES.
Sistema de Serviços Gerais.	Secretaria de Infraestrutura.
Sistema de Documentação e Informação.	Secretaria Judiciária.
Sistema Jurídico.	Assessoria Jurídica da Presidência.



Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II

SISTEMA ADMINISTRATIVO	NORMAS DE PROCEDIMENTOS	ÓRGÃO CENTRAL ADMINISTRATIVO	PRAZO PUBLICAÇÃO
Sistema de Controle Interno (NP 00)	Elaboração de Instruções Normativas (Norma das Normas).	Secretaria de Controle Interno	Executada
	Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização.		Executada
	Avaliação da Qualidade da Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização.		Executada
	Acompanhamento e Monitoramento das Recomendações.		30/04/2014
	Manual de Auditoria Interna.		31/12/2014
Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto pessoal) e instrumentos congêneres (NP 01)	Licitação.	Secretaria de Infraestrutura	Executada
	Dispensa e Inexigibilidade.		Executada
	Contratação Direta.		Executada
	Contratação por meio de Ata de Registro de Preços.		Executada
	Contratação Emergencial.		Executada
	Aditivo Contratual/ Reajuste: A: Prorrogação de Prazo; B: Repactuação; C: Apostilamento; D: Reequilíbrio Econômico-	Secretaria de Infraestrutura	Executada



**Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

	Financeiro; E: Alterações Qualitativas e Quantitativas.		
	Apuração de preço de mercado (cotação de preços).	Secretaria de Infraestrutura	30/05/2014
	Elaboração de minuta padrão de edital.	Secretaria de Infraestrutura	30/07/2014
Sistema de Administração de Recursos Humanos (NP 02)	Nomeação, posse e exercício de servidor efetivo do TJES.	Secretaria de Gestão de Pessoas	Executada
	Nomeação, posse e exercício de servidor efetivo da 1ª Instância.		Executada
	Nomeação, posse e exercício de servidor Comissionado do TJES.		Executada
	Nomeação, posse e exercício de servidor Comissionado da 1ª Instância.		Executada
	Designação de Função Gratificada.		Executada
	Avaliação de desempenho de servidor efetivo em estágio probatório e estabilidade no serviço público.		Executada
	Concessão de auxílio saúde.		30/12/2014
	Controle de concessão de férias.		30/12/2014
Sistema de Transparência (NP)	Publicação da Frota de Veículos.	Secretaria de Controle Interno	Executada



**Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

03)	Publicação de dados da Execução Orçamentária e Financeira.		Executada
	Publicação de informações sobre pessoal.		Executada
	Publicação de informações orçamentárias e financeiras em tempo real e do Relatório de Festão Fiscal (RGF).		Executada
Sistema de Patrimônio e Almoarifado (NP 04)	Avaliação e baixa de bens móveis.	Secretaria de Infraestrutura	Executada
	Elaboração de inventários periódicos.		Executada
	Recebimento, registro e controle de bem móvel.		30/07/2014
	Registro e controle de patrimônio imóvel.		30/07/2014
	Administração de material de consumo.		30/07/2014
Sistema de Planejamento e Orçamento (NP 05)	Realização de audiências públicas de orçamento participativo.	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.	Executada
	Elaboração do Plano Plurianual de Aplicações (PPA).		30/10/2014
	Controle do Orçamento e procedimentos para abertura de créditos adicionais.		31/10/2014
Sistema de Contabilidade (NP 06)	Controle de Saldos e Conciliação Bancária.	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Executada
	Concessão de verba e prestação de		30/05/2014



**Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

	contas com alimentação.		
Sistema Financeiro (NP 07)	Pagamento de serviços prestados de água, luz e telefone nas Comarcas	Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Executada
	Liberação de valores provisionados (Resolução CNJ nº 169/2013)		Executada
	Liquidação e pagamento de despesa.		30/05/2014
Sistema de Projetos e Obras Públicas (NP 08)	Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia.	Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.	30/12/2014
	Avaliação de imóveis.		30/09/2014
Sistema de Tecnologia da Informação (NP 09)	Contratação relacionada a Tecnologia da Informação.	Secretaria de Tecnologia da Informação	Executada
	Atendimento ao usuário – Help Desk.		30/03/2015
	Segurança física e lógica do ambiente de TI.		30/03/2015
Sistema de Educação (NP 10)	Participação de Servidores em Eventos de Capacitação	Escola da Magistratura	Executada
	Levantamento de necessidades de treinamento de servidores magistrados.		30/08/2014
	Participação de magistrados em eventos de capacitação.		30/04/2015



Estado do Espírito Santo
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sistema de Serviços Gerais (NP 11)	Gerenciamento dos serviços de limpeza e copa.	Secretaria de Infraestrutura	30/07/2014
	Gerenciamento e controle do uso da frota de veículos oficiais (inclusive locados).		30/06/2014
	Manutenção preventiva e corretiva de veículos.		30/06/2014
	Controle de gasto com combustível.		30/06/2014
Sistema de Documentação e Informação (NP 12)	Arquivamento de processos e documentos.	Secretaria Judiciária	30/03/2015
	Desarquivamento de processos e documentos.		30/03/2015
Sistema Jurídico (NP 13)	Emissão de parecer.	Assessoria Jurídica da Presidência	30/04/2015
	Controle de processos.		30/04/2015

Obs. Republicado em 16/04/2014 no Diário da Justiça.